

**Soraia da Rosa Mendes**

# **PROCESSO PENAL FEMINISTA**

**2<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada

*Prefácio*

**Geraldo Prado**



**atlas**

- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 07.05.2021
- A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2021 by  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré  
Barueri – SP – 06460-080  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M492p

Mendes, Soraia da Rosa

Processo Penal Feminista / Soraia da Rosa Mendes – 2. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-59-77043-4

1. Processo penal – Brasil. I. Prado, Geraldo. II. Título.

21-70860

CDU: 343.2(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	XXXI
-------------------------	------

## **CAPÍTULO I**

<b>A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO DISCURSO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UM DEBATE SOBRE PODER E INVISIBILIDADE</b> .....	1
1.1. A produção e a reprodução dos discursos do processo penal na doutrina e na academia.....	7
1.2. A opressão interseccional e os processos de validação do conhecimento.....	17

## **CAPÍTULO II**

<b>ENTRE DEBATES, EMBATES E DIÁLOGOS: A EPISTEMOLOGIA VERIFICACIONISTA, A EPISTEMOLOGIA DAS SIGNIFICAÇÕES E A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA INTERSECCIONAL</b> .....	23
2.1. A epistemologia verificacionista .....	24
2.2. A epistemologia das significações (epistemologia do desejo e do reconhecimento do lugar plural da fala).....	35
2.3. A epistemologia feminista: a epistemologia do ponto de vista feminista ( <i>standpoint epistemology</i> ) e a epistemologia do ponto de vista interseccional ( <i>intersectional standpoint epistemology</i> )..	40
2.3.1. A epistemologia do ponto de vista feminista ( <i>standpoint epistemology</i> ) .....	46
2.3.2. A epistemologia do ponto de vista interseccional ( <i>intersectional standpoint epistemology</i> ).....	51
2.4. Meditações sobre uma epistemologia jurídica feminista para o processo penal brasileiro .....	54

## **CAPÍTULO III**

<b>GARANTISMO E FEMINISMO: UM LUGAR PARA O SISTEMA DE GARANTIAS (SG)</b> .....	59
3.1. O sistema de garantias – SG.....	61

3.2. O sentido do sistema de garantias pelas lentes da epistemologia feminista .....	71
3.3. <i>Dear White Men</i> .....	74

## CAPÍTULO IV

### O PROCESSO PENAL FEMINISTA E SE GOLDSCHMIDT FOSSE FEMINISTA? .....

4.1. Vítimas e acusadas: o ser “mulher” no processo penal .....	92
4.2. Produção e valoração da prova .....	94
4.2.1. O depoimento especial da ofendida .....	94
4.2.2. A vítima coletiva em casos de crimes sexuais cometidos por autoridade profissional ou religiosa .....	99
4.2.3. (Re)pensando a prova pericial nos crimes sexuais .....	104
4.3. Sujeitos processuais: a assistência à vítima como sujeito processual <i>sui generis</i> .....	112
4.4. Prisão cautelar e audiência de custódia: a credibilidade da palavra da mulher e a obrigatoriedade de conversão de prisão preventiva em prisão domiciliar de mulheres gestantes e/ou mães de filhos/as menores de 12 anos .....	117
4.5. Reflexões sobre o inquérito policial e o feminicídio de Estado....	133
4.6. Investigação policial e retratação da vítima em tempos de pandemia: o mero dilema colonialista entre autonomia e proteção penal .....	149
4.7. Do inquérito policial ao Tribunal do Júri: considerações a partir do Caso 12.263 (Márcia Barbosa de Souza e seus Familiares vs. Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos) .....	158
4.7.1. Uma breve nota de esclarecimento .....	158
4.7.2. Os aspectos constitucionais penais e processuais penais e o respeito ao direito de defesa das pessoas acusadas desde a fase inquisitorial .....	160
4.7.2.1. O caso penal .....	160
4.7.2.2. O inquérito policial e o direito de defesa do acusado .....	163
4.7.2.3. O direito das vítimas ao devido processo .....	168
4.7.2.3.1. A violação aos direitos das vítimas ao tratamento processual adequado (I): a desnecessária repetição da prova testemunhal colhida e a	

	(des)construção da imagem da vítima nos autos dos processos criminais pela intervenção da mídia .....	169
4.7.2.3.2.	A violação aos direitos das vítimas ao tratamento processual adequado (II): o procedimento de tomada de depoimento de vítimas e familiares no Brasil .....	179
4.7.2.3.3.	A violação aos direitos das vítimas ao tratamento processual adequado (III): mais uma vez sobre a questão das nulidades .....	184
4.7.3.	O rito processual do Tribunal do Júri e o direito das vítimas ao julgamento em tempo razoável .....	185
4.7.4.	Recomendações ao Estado Brasileiro para evitar a repetição das violações verificadas no Caso Márcia .....	192
4.8.	Decisão judicial; o direito à construção da narrativa de vida como elemento do direito de defesa .....	193

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU UMA PALAVRA SOBRE CIÊNCIAS CRIMINAIS E UMA EPISTEMOLOGIA JURÍDICA FEMINISTA INTERSECCIONAL DECOLONIAL) .....</b>	<b>209</b>
--	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>215</b>
--------------------------	------------